

Dialogando sobre direitos sexuais com os usuários do SUS nos espaços de atendimento da Policlínica Piquet Carneiro – PPC/UERJ

Talking about Sexual Rights with Users of National Health System (SUS) in Waiting Rooms of Policlínica Piquet Carneiro – PPC/UERJ

Autor

Welison Matheus Fontes da Silva. Mestrando em Saúde Coletiva (IMS-UERJ/Capes Proex). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

E-mail: fonteswelison@gmail.com

Recebido em: 09/04/2020 Aprovado em: 11/01/2021

DOI: 10.12957/interag.2020.50020

Artigo

Resumo

A temática acerca dos direitos sexuais adentra por diversas áreas da nossa vida, mas isso não significa que seja uma discussão consolidada na sociedade; na verdade, percebemos que há, ainda, muitos desafios para que estes sejam conhecidos e reconhecidos como direitos básicos de todo ser humano. Diante disso, este artigo tem como objetivo apresentar as atividades de grupos de sala de espera desenvolvidas pelo projeto de extensão “Repensando as estratégias para a prevenção e a promoção da saúde em ISTs e HIV/AIDS” realizadas nos espaços de atendimento da Policlínica Piquet Carneiro (PPC/UERJ). A metodologia aqui abordada parte de uma sistematização de experiência e busca trazer uma aproximação da realidade a fim de melhor conhecê-la e então mobilizar conhecimentos para melhor atuar sobre ela.

Abstract

not mean that it is a solid discussion in the society, in fact, we realize that there are still many challenges in order to make them widely known and recognized as basic rights of all human beings. Therefore, this article aims to present the activities of waiting room groups developed by the extension project “Rethinking strategies for prevention and health promotion on STDs and HIV/AIDS”, which took place at the services in Piquet Carneiro Polyclinic. The methodology approached here is a systematization of experience and seeks to bring reality closer to better know it and then mobilize knowledge to better act on it. Our activities took place between May and September 2019 and reached 234 participants. They are open, seem to be willing and interested during the dynamics and take part in the activities proposed by

Nossas atividades ocorreram entre maio e setembro de 2019 e tiveram o alcance de 234 participantes. Os participantes foram receptivos, demonstraram boa aceitação e interesse durante a realização das dinâmicas e participaram das atividades propostas pelos integrantes da equipe. Nossa proposta é construir uma relação, através das práticas pedagógicas, entre os direitos sexuais e os direitos humanos, estimulando a reflexão de um modo que fosse possível relacionar esse debate a temas macropolíticos e questões analíticas enfrentadas cotidianamente, tais como o machismo, prevenção das ISTs, direitos das mulheres e da população LGBT, abuso sexual infantil, educação sexual dentro de um contexto escolar, dentre outros. Os resultados apontam que o diálogo e ações de conscientização podem favorecer a mudança de atitude e contribuir para a garantia dos direitos sexuais.

The theme about sexual rights permeates several aspects of our lives, but this does

the members of the team. Our proposal is to build a relationship, through pedagogical practices, between sexual rights and human rights, promoting reflection in order to articulate such subject to macropolitical themes and analytical issues faced on a daily basis, such as sexism, STDs prevention, women's and LGBT rights, child sex abuse, sex education in schools, among others. The results show that dialogue and actions that promote awareness may trigger changes in attitude and contribute to the assurance of sexual rights.

Palavras-chave: Direitos Sexuais e Reprodutivos; Grupos Focais; Educação Sexual

Keywords: Sexual and Reproductive Rights; Focus groups; Sexual Education

Área Temática: Saúde

Linha de Extensão: Direitos individuais e coletivos; Grupos sociais vulneráveis; Saúde humana

Introdução

Os direitos sexuais, assim como os direitos reprodutivos, são conceitos desenvolvidos recentemente e representam uma conquista histórica, fruto da luta pela cidadania e pelos direitos humanos e ambientais. Para Sônia Côrrea, José Eustáquio Alves e Paulo Jannuzzi¹, este reconhecimento ocorre, no âmbito internacional, inicialmente como parte das conquistas de movimentos feministas; portanto, é considerado que foram os direitos das mulheres heterossexuais que, no primeiro momento, começaram a ganhar notoriedade nesse debate. Segundo os mesmos autores¹, os conteúdos que perpassam pelos direitos sexuais continuam a ser elaborados e refinados, na medida em que a utilização do tempo se amplia na esfera política e na sociedade.

A urgência do diálogo sobre direitos sexuais nos espaços de atendimentos aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) na Policlínica Piquet Carneiro (PPC/UERJ) – uma unidade de saúde de média complexidade, localizada na cidade do Rio de Janeiro, que atua de forma integrada com a academia (UERJ), cuja missão é prestar serviços de saúde à população, através do ensino, da pesquisa, da extensão – se faz reforçada pelo próprio entendimento da Organização Mundial da Saúde (OMS)² no que diz respeito à saúde sexual e reprodutiva, que é conceituada como o estado de completo bem-estar físico, mental e social em todos os aspectos que estejam relacionados ao sistema reprodutivo, e não a simples ausência de enfermidade ou doença. Para a professora Dra. Stella R. Taquette³, do Núcleo de Estudos da Saúde da Adolescente (NESA) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, essa percepção se manifesta na habilidade de os sujeitos desfrutarem e expressarem sua sexualidade sem risco de infecções sexualmente transmissíveis, gestações não desejadas, coerção, violência e discriminação.

É nesse sentido que os direitos sexuais se revelam também enquanto direitos humanos fundamentais, apoiado ainda em duas vertentes distintas e ao mesmo tempo complementares. De acordo com Taquette³, a primeira vertente aponta a dimensão individual desses direitos, que afirma o direito à liberdade, à privacidade, à intimidade e à autonomia, o que pressupõe a não intervenção do estado na regulação da sexualidade ou da reprodução. Já a segunda vertente implica a existência e a manutenção de políticas públicas específicas que assegurem os direitos indispensáveis para o livre exercício da sexualidade. Para responder a essa última vertente, faz-se necessária a ação do Estado na garantia desses direitos sexuais, dentre os quais estão: o acesso à informação e à educação sexual e reprodutiva, a serviços de saúde sexual e reprodutiva disponíveis, seguros e adequados; políticas que promovam a igualdade e a equidade entre os sexos, não permitindo a submissão das mulheres e das meninas e eliminando qualquer discriminação sexual, para que se possa viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa, independentemente de estado civil, idade ou condição física⁴.

Considerando o que foi mencionado e os desafios postos para a garantia da agenda dos direitos sexuais – que vem sendo fortemente atacada, tanto no contexto global, quanto no cenário latino-americano, em razão do conservadorismo moral e o fortalecimento da extrema-direita –, o projeto de extensão “Repensando as estratégias para a prevenção e a promoção da saúde em ISTs e HIV/AIDS”, coordenado pela Assistente Social Bárbara Filgueiras Rossi, contribuiu com ações educativas com o propósito de uma construção dos direitos sexuais na perspectiva dos direitos humanos, trabalhando com as informações de forma integrada ao cotidiano.

Para alcançar os objetivos da atividade foram realizadas dinâmicas que buscaram integrar os participantes e fazê-los refletirem acerca da temática proposta. O objetivo deste trabalho é apresentar as atividades de grupos de sala de espera e os elementos de reflexão desenvolvidos pelo projeto de extensão junto aos usuários do SUS para a disseminação da informação quanto aos direitos sexuais. É pertinente mencionar que os grupos de sala de espera já faziam parte da práxis do projeto e, por isso, outras temáticas, relacionadas à sexualidade, já haviam sido discutidas, tais como: direitos da população LGBT, prevenção de ISTs, métodos contraceptivos, dentre outros. Percebemos ainda que a cada tema discutido, novos caminhos começavam a ser traçados, acompanhando a própria realidade dos usuários, ora pela influência da mídia, ora pelo contexto político, ora por seus próprios relatos pessoais. Desse modo, toda forma de contribuir para o debate era bem-vinda e

incentivada, e em nenhum momento ocorreu uma recusa de participação, ou até mesmo da gravação de áudio da atividade – recurso que se tornou muito relevante, posteriormente, para a análise do conteúdo a partir das transcrições. Por isso, é preciso reafirmar que esse trabalho é uma construção coletiva, entre a equipe do projeto e os usuários do SUS, com quem tanto aprendemos e agradecemos a experiência.

Conceituando os caminhos metodológicos de construção do artigo

Trata-se de um estudo que é fruto de uma elaboração construída na perspectiva qualitativa que, como aborda Maria Cecília Minayo, se ocupa de categorias práticas que não podem ser quantificadas. Isso quer dizer que as questões trabalhadas se referem aos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Esses elementos configuram-se como o cerne das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser limitados à operacionalização de variáveis matemáticas quantitativas.

Consideramos também os preceitos da metodologia da sistematização de experiências, que, segundo Oscar Jara Holliday é o “[...] caminho intermediário entre a descrição de uma experiência e a reflexão teórica”. É nesse sentido que se busca nesse trabalho ser uma interpretação crítica da experiência no projeto de extensão, delineada a partir do ordenamento e da reconstrução da mesma, descobrindo e explicitando a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram em seu transcorrer e os aprendizados, constatações e conhecimentos tecidos com base na experiência e nas reflexões decorrentes de seu vivenciar pelos usuários.

Coube então, na sistematização, apropriar-se devidamente da experiência – objetivando o concreto vivido -, extraíndo seus ensinamentos e compartilhando com os outros, consecutivamente, seu aprendizado. Para Holliday, é possível proceder, por meio dessa metodologia, com uma aproximação da realidade para melhor conhecê-la e então mobilizar conhecimentos para melhor atuar sobre ela para transformá-la.

A metodologia para a elaboração e execução dos grupos de sala de espera se deu em três etapas. A primeira, na qual foram realizadas as seguintes ações: levantamento bibliográfico, objetivando aprofundar os conhecimentos sobre o tema, principalmente por meio de artigos científicos, dissertações e teses, através do portal de Periódicos da Capes e o Google Acadêmico, utilizando os descritores: “direitos sexuais e reprodutivos”, “educação sexual”, “sexualidade”, “grupos focais”. Com isso, foi observado que esses trabalhos concentram suas publicações em diversas áreas como: saúde coletiva, ciências sociais, estudos feministas, educação, direito e psicologia. A segunda etapa consistiu em reuniões da equipe para o planejamento das ações no campo de estudo, apresentação do projeto de intervenção para a supervisora e, posteriormente, uma oficina de vivência. A terceira etapa já trazia a implementação e avaliação do projeto de intervenção. As atividades de grupo de sala de espera ocorreram entre os meses de maio e setembro de 2019 e foram realizadas em diversos ambulatorios da PPC/UERJ, sendo eles: cardiologia, medicina integral, ginecologia, assim como no setor de entrega de exames da cardiologia e também no núcleo de disfunções miccionais.

A partir de um olhar qualificado e sensível sobre os direitos sexuais e o entendimento da promoção dos direitos humanos foram escolhidos um total de quatro direitos sexuais (direito de escolher o parceiro sexual; direito de viver a sexualidade, independentemente de estado civil, idade ou condição física; direito de expressar livremente sua orientação sexual;

heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade; direito à informação e à educação sexual e reprodutiva), presentes nos *Cadernos de Atenção Básica*, que dialogavam com um processo de exposição de sete manchetes dos principais veículos de mídia digital, como recurso didático-pedagógico, com o objetivo de abordar questões que permeiam os direitos sexuais, como será tratado na discussão.

Para a obtenção dos dados, além de um Diário de Campo, utilizamos o recurso de gravação de áudios das atividades, com a devida autorização dos usuários, para que pudessem ser lembradas observações importantes para a discussão descritiva do estudo. Tanto as anotações, quanto as gravações dos áudios, configuraram-se como recursos importantes para a análise do conteúdo da atividade. Acreditamos que sem essas ferramentas, muito se perderia por causa da nossa memória e da dinamização de questões que são trazidas tanto pela equipe, como pelos próprios usuários. Além desses materiais, também foi utilizado atas de reuniões de supervisão, relatório semestral de atividades e produções científicas elaboradas pelos participantes, sendo elas uma apresentação na modalidade Pôster na 29ª UERJ Sem Muros e um resumo expandido⁷.

Resultados e discussão

Perfil dos usuários participantes nos Grupos de Sala de Espera (GSE)

Participaram das atividades de grupos de sala de espera 234 usuários, sendo 152 destes na faixa etária acima de 60 anos, 67 entre 40 e 59 anos, 12 entre 25 e 39 anos e 3 entre 18 e 24 anos. Foram realizadas 15 atividades de GSE, com o tempo médio de 40-50 minutos cada. A Policlínica situa-se próximo à UERJ, em um bairro de classe média da Zona Norte do município do Rio de Janeiro, proximamente à Favela da Mangueira. Cabe ressaltar que a inserção aos ambulatorios acontece via Sistema Nacional de Regulação (SISREG) e encaminhamento interno, o que possibilita a circulação de usuários de todo o Estado do Rio de Janeiro. Um dado observado é que nesses ambulatorios se encontravam muito mais pessoas que se autodeclaravam pelo sexo feminino (61%) do que masculino (39%). Adotamos, nessa pesquisa, por perguntar qual gênero o usuário se autodeclara ou se identifica, para que se evitasse uma dicotomia de gênero, isto é, uma estrutura binária; entretanto, dos 234 usuários no total, apenas um se autodeclarou como “indefinido”. Para a análise aqui empreendida, assumimos a noção performática que Butler propõe a partir do conceito de gênero, que nos ajuda a compreender melhor o modo variado como as expressões de feminino e masculino podem se dar. Para a autora, o efeito performativo do gênero multiplica as diferenças, levando-nos a observar as feminilidades e as masculinidades sob diversos contextos de expressão política e social dos sujeitos. Adicionamos também aos registros dos grupos de sala de espera a classificação de cor dos usuários, sobretudo para trazer à luz do debate análises e reflexões que envolvam a população negra. É imprescindível, em uma sociedade racial e socialmente construída como é a brasileira, levar em consideração o olhar raça e saúde como um dos indicadores de posição social. Por isso optamos pela mesma abordagem utilizada na categoria “gênero”, e, assim, era perguntado aos usuários qual cor ou raça, se autodeclaravam. Diversas foram as vezes que os usuários repetiam a pergunta em voz alta, na tentativa de que o usuário ao lado respondesse ou confirmasse o que parecia “desconhecido” para ele naquele momento. Embora, anteriormente, fosse explicado sobre

a necessidade de a resposta ser autodeclarada, alguns usuários perguntavam a própria equipe do projeto, *qual* era a cor de sua pele. Os usuários que se autodeclararam pardos são a maioria (74), seguido da cor branca (70), preta (52), outras denominações (35) e amarela (3). Essas outras denominações variam desde a cor “morena” à “azul”, por exemplo.

As percepções da população usuária da PPC/UERJ acerca dos direitos sexuais

A análise das percepções dos usuários aqui apresentadas, é fruto do que a Educação Popular (EP) proporciona enquanto um paradigma orientador do processo educativo. Em tempos que diversos ataques de grupos de extrema-direita demonizam o educador Paulo Freire, acreditamos que é nele que devemos buscar estímulo para realizar um trabalho pedagógico voltado para a capacitação das pessoas para construção de lutas e enfrentamentos pela vida em condições dignas, como uma estratégia de persistência dos setores populares e seus aliados, que vai se direcionando pela construção de resistências às situações e contextos próprios do sistema capitalista⁹.

O objetivo deste estudo foi analisar, através das falas dos usuários, um reconhecimento dos direitos sexuais como direitos humanos. Para isso, foi proposto vincular o lado humano da sexualidade a temas macropolíticos e questões analíticas que são enfrentadas cotidianamente. Desse modo, diversas foram as proposições trazidas pelos próprios usuários que demonstraram que se consideramos a sexualidade um elemento da experiência humana, nada impede que ela tenha seu próprio lugar reconhecido no espectro dos direitos humanos. Dentre os temas abordados foram estes: feminicídio, machismo, prevenção das IST, direitos das mulheres, diversidade sexual, maior visibilidade dos movimentos feministas e LGBT, abuso sexual infantil, educação sexual dentro de um contexto escolar e preconceito.

Um primeiro aspecto a se destacar, quanto à percepção dos usuários sobre o tema trazido pela equipe do projeto, diz respeito ao seu entendimento sobre sexualidade:

Sexualidade é o começo da vida, a gente nasce através do sexo, muita gente acha um tabu. (Usuário/a 1, Cardiologia, GSE3)

(...) nós temos o nosso livre arbítrio para fazer as nossas escolhas, mas, no meu entender, quando se fala de sexo, é entre o feminino e masculino. (Usuário/a 1, Cardiologia, GSE4)

A maioria das pessoas acham que é amor, não é amor, não. É um prazer. Prazer é diferente do amor, o sexo é muito mais prazeroso com amor. (Usuário/a 2, Ginecologia, GSE9)

Foi possível perceber que se abriu uma variedade de significados em relação à sexualidade e que cada um desses está presente no conjunto de características humanas que se traduz nas diferentes formas de expressar a energia vital, chamada por Freud de libido, que quer dizer energia pela qual se manifesta a capacidade de se ligar às pessoas, ao prazer/desprazer, aos desejos, às necessidades, à vida⁴.

É comum que se associem sexualidade ao ato sexual e/ou aos órgãos genitais, considerando-os como sinônimos. Ainda que o sexo seja uma das dimensões importantes da sexualidade, buscamos apresentar que esta não se limita à atividade sexual, genitalidade ou a uma função biológica responsável pela reprodução¹⁰.

A partir de uma perspectiva mais ampla, podemos observar, como aponta Mário Lourenço¹¹, que a sexualidade se expressa no estilo de vida que adotamos, no modo como se

demonstram os afetos, na percepção erotizada dos estímulos sensoriais e também nos papéis de gênero – o ser mulher ou ser homem, que tem implicações nas relações estabelecidas dentro da dicotomia binária de gênero. Nesse sentido, cabe dizer que a sexualidade envolve, além do corpo, os sentimentos, a história de vida, os costumes, as relações afetivas e a cultura. Logo considera-se uma dimensão fundamental de todas as etapas dos sujeitos, presente desde o nascimento até a morte, e abarca aspectos físicos, psicoemocionais e socioculturais.

Apoiada nessas reflexões acerca da sexualidade, levantamos então a questão cerne da nossa atividade proposta: é possível uma relação entre sexualidade e direitos?

Sim, porque sexo é uma questão de direito da pessoa também, tem que ter respeito, um direito do ser humano. (Usuário/a 3, Cardiologia, GSE3)

No caso, por exemplo, os homens que são homossexuais, [as mulheres] lésbicas, eles têm os seus direitos, a gente tem que aceitar, respeitar, então isso está ligado aos direitos que eles têm. (Usuário/a 3, Medicina Integral, GSE7)

Direito sexual eu penso ser assim: tratamento, assistência, tanto social, quanto de saúde, físico, psicológico, com referência à sexualidade, né? Doenças [sexualmente] transmissíveis... A gente no hospital, procurando assistência médica na parte sexual, como aqui na ginecologia, eu imaginei assim, é o direito da pessoa ter o sexo por sexo. (Usuário/a 2, Ginecologia, GSE13)

Os direitos sexuais e os direitos reprodutivos são direitos humanos já reconhecidos formalmente tanto em leis nacionais, quanto em documentos internacionais. Contudo, buscamos abordar, nessas atividades de grupos de sala de espera, que a ideia de direitos sexuais implica a aceitação dos diferentes tipos de expressão sexual, a autonomia para tomar decisões sobre o uso do próprio corpo e a igualdade de gênero.

Cabe ressaltar que, embora os direitos sexuais tenham ganhado espaço a partir do enfrentamento da violência sexual contra as mulheres heterossexuais, há distintos grupos que também têm seus direitos humanos violados em função da sexualidade, tais como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, bem como pessoas que exercem a prostituição e pessoas que vivem com HIV/Aids. Ainda há grupos aos quais erroneamente se supõe o não exercício da sexualidade, como ocorre com as pessoas idosas, pessoas com deficiência; e outros para os quais se supõe a impertinência na reprodução, como é o caso das pessoas com deficiência, em situação de prisão, adolescentes, entre outras.

Discutiremos a seguir cada um dos direitos sexuais escolhidos e as reflexões apreendidas a partir das contribuições dos usuários ao debate.

Direito de escolher o parceiro sexual

Para refletirmos acerca desse direito sexual abordado, trouxemos, como exemplo, a notícia “Mulher de 31 anos é morta a tiros pelo marido na Bahia. Homem não aceitava o fim do relacionamento”. A notícia publicada pelo site G1 da Bahia, no dia 8 de março de 2019, é reflexo dos dados alarmantes de violência contra a mulher no Brasil. Segundo os dados registrados pelo Instituto Igapare¹², de 2015 a 2018 foram listados 483.057 casos de violência contra mulher no Estado do Rio de Janeiro. Mais da metade dos registros foi sofrida por mulheres negras, com 51%, e mulheres brancas registrando 47%. Na Saúde, mais de

107 mil mulheres foram atendidas em função da violência entre 2010 e 2017. Os tipos mais reportados, segundo o estudo, são violências físicas (59%), seguidas da violência psicológica (2%) e patrimonial (1%). Os dados apresentados corroboram com a realidade de muitos usuários presentes nas atividades de GSE. Destacamos as seguintes falas:

Todo dia a gente escuta isso né? (Usuário/a 1, Núcleo de disfunções miccionais, GSE1)

É verdade. Eu vivi isso na minha família, minha mãe viveu isso, então eu já cresci com esse pensamento, de que jamais eu vou permitir que um homem me bata. (Usuário/a 7, Núcleo de disfunções miccionais, GSE1)

Os homens estão achando que são donos das mulheres. Não tem nada com isso [de falta de políticas públicas], é a pessoa que é ruim mesmo, já nasceu assim. O governo não tem nada a ver com o problema de marido e mulher. (Usuário/a 6, Núcleo de disfunções miccionais, GSE1)

Percebe-se, às vezes, que a discussão sobre a violência de gênero ignora que o machismo, apesar de aparecer em atitudes, em ações individuais, possui bases materiais e ideológicas, para perpetuar um sistema histórico, político, social e econômico de dominação: o patriarcado. Em resumo, o machismo é, essencialmente, uma expressão do patriarcado que se materializa nas relações interpessoais, para perpetuar relações de dominação e poder via inferiorização, submissão e apropriação das mulheres.¹³

Quando nos referimos ao papel que o Estado deve cumprir para proteger a vida dessas mulheres, através de políticas públicas específicas, buscamos relacionar que a condição de vulnerabilidade das mulheres é construída por questões econômicas, culturais, educacionais e que podem e devem ser alteradas por meio de políticas públicas voltadas à prevenção da violência. A implementação da lei do feminicídio, sempre mencionada nos grupos de sala de espera, foi um pequeno passo dado na direção de colocar esta questão na esfera pública, combatendo a noção de que a violência contra a mulher seria um problema privado, na qual não se deveria “meter a colher”.

Direito de viver a sexualidade, independentemente de estado civil, idade ou condição física

O direito sexual abordado é exemplificado através da seguinte notícia: “Idosos com mais de 70 anos fazem filme pornô para mostrar sexo na terceira idade” publicada no Site IG em 08 de março de 2019. Essa manchete foi pensada, desde o momento de preparação para os GSE, no sentido de causar diversas reações e até mesmo contestação sobre sua veracidade. Essas foram algumas das falas destacadas:

Sem vergonhice! (Usuário/a 9, Núcleo de disfunções miccionais, GSE1)

Em relação a essa notícia, a idade não tem nada a ver, porque hoje tem recursos para isso, mesmo se o cara tiver 80 anos – eu estou com 79 anos – e funciona, sim. Depende da saúde, porque se envelhecer com doença... (Usuário/a 3, Cardiologia, GSE3)

Eu não acredito em idoso fazer sexo. (Usuário/a 8, Medicina Integral, GSE7)

Nosso objetivo era mostrar que as pessoas têm o direito de viver a sexualidade, independentemente do estado civil, idade ou condição física. Não nos surpreendeu que muitas falas apontaram para esse lugar comum que envelhecer possa significar tornar-se assexuado, pois há muitos mitos e tabus socioculturais acerca da sexualidade na terceira idade que inibem os idosos de exercer a sua sexualidade de forma integral. Ignora-se, por exemplo, que a sexualidade pode ser vivenciada pelos idosos das mais diversas maneiras possíveis e, por isso, se faz urgente a discussão acerca desse direito sexual escolhido. Foi abordado, portanto, que com mais recursos para cuidar da saúde, com pessoas buscando maior qualidade de vida, a expectativa de vida da humanidade tem aumentado gradativamente ano após ano. Cada vez mais pessoas se conscientizam sobre a necessidade de mudanças básicas na alimentação e nos hábitos de vida, trocando o sedentarismo, os alimentos gordurosos e prontos, por alimentações mais orgânicas, saudáveis e atividades físicas regulares. Dentre tantos cuidados com a saúde física do idoso e a melhora da sua qualidade de vida, a saúde sexual também adquiriu um novo enfoque dentro desse cenário. A questão é: diante de algumas funções que mudam tanto ao longo da vida, como a disposição e a habilidade para algumas atividades, a sexualidade do idoso pode também ser objeto de atenção e dedicação para que haja harmonia em todos os aspectos da saúde do indivíduo.

Outro ponto necessário, ao discutir sobre sexualidade na terceira idade, refere-se às infecções sexualmente transmissíveis, que têm afetado a saúde dos idosos, principalmente pela ausência do uso de preservativo. De acordo com dados do Boletim Epidemiológico HIV/Aids de 2018, do Ministério da Saúde¹⁴, o número de casos de HIV entre pessoas acima dos 60 anos aumentou 81% entre 2006 e 2017, sendo que as taxas aumentaram tanto para homens quanto para mulheres. Essa discussão mostra a necessidade de os profissionais de saúde lidarem com essa questão, assim como também devem orientar para o autocuidado e auxiliar sobre todas as dúvidas relacionadas ao tema.

Direito de expressar livremente sua orientação sexual: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade

Desde a fase de preparação para os GSE, tínhamos a consciência de que nos esbarraríamos diante de situações pessoais, diferentes posicionamentos políticos e religiosos. Escolher apenas uma notícia que dialogasse com o direito de expressar livremente a orientação sexual, seja a heterossexualidade, homossexualidade ou bissexualidade, de uma maneira que pudéssemos avaliar a situação por um todo, pareceu bastante complicada. Entendemos que a escolha da manchete assume uma responsabilidade de iluminar melhor o direito que será abordado, mas nesse caso, conseguimos perceber algumas contradições presentes nas falas dos usuários, que nos ajuda a perceber também que o pensamento não é linear, possui múltiplos caminhos e destinos, desencadeando em múltiplos finais.

Nesse sentido, foram escolhidas três diferentes notícias para abordar o mesmo direito: “Brunei, o país onde gays agora podem ser apedrejados até a morte”, publicada pelo BBC Brasil no dia 03 de abril de 2019, “Brasil ainda é o país que mais assassina LGBTs no mundo”, publicada pela Revista Galileu no dia 17 de maio de 2017, e “Polícia turca tenta impedir tradicional parada do orgulho gay em Istambul”, publicada pela Revista Exame no dia 1 de julho de 2018. Abaixo apresentamos em destaque algumas falas:

A sociedade tem que respeitar a opção sexual de cada um, porém, não acho certo dois homens ficarem se beijando em local público, onde crianças estão vendo, ou mulheres que ficam se agarrando, se beijando, não acho correto, isso aí não pega bem. (Usuário/a 11, Núcleo de disfunções miccionais, GSE1)

A verdade é que a nova geração quer empurrar goela abaixo da gente, que é a favor da família tradicional, seja por religiosidade ou por posição, querem nos empurrar que é normal. E para os nossos filhos que isso também é normal, porque o que acontece, a gente respeita, a gente não agride, a gente abraça, se for necessário a gente ajuda, mas a gente não é obrigado a achar que isso é normal. (Usuário/a 12, Núcleo de disfunções miccionais, GSE1)

Eu concordo que cada um é como é, a gente não aceita assim né..., mas bater, espancar, igual fazem. Porque a pessoa que espanca alguém ou uma lésbica, eu acho que ela espancaria a mim, por ser velha, espancaria um negro por ser negro... (Usuário/a 1, Cardiologia, GSE4)

Os relatos acima nos revelam que nenhum usuário demonstrou explicitamente concordar com a violência física em si. Entretanto, a questão entre o “público” e o “privado” aparece em diversos momentos. A percepção da homossexualidade, tanto no espaço público como no espaço privado, agride a cultura homofóbica e heterossexista em que vivemos; autoafirmar-se como gay ou como lésbica é, no mínimo, um desafio ou um desacato. Segundo Gary Sanders¹⁵:

Ser gay ou lésbica em uma cultura homofóbica e heterossexista pode amparar um segredo sobremaneira potente e deletério. Este não é apenas um segredo sobre um fato, um evento, o acobertamento de um período de tempo, ou de um relacionamento passado, mas é o acobertamento da essência de uma pessoa, daquilo que convida esta pessoa a juntar-se à raça humana – a necessidade para afiliar-se, embora com pessoas do mesmo sexo.

Conforme a autora, a homofobia diz respeito a sentimentos negativos frente a pessoas homossexuais ou diante do conhecimento de que outras pessoas são gays ou lésbicas. O heterossexismo se refere à crença, mantida culturalmente, de que o amor entre homens e mulheres heterossexuais cisgêneros é a única forma possível de vivenciá-lo. Gays e lésbicas são vetados ao toque, ao olhar, ao abraço, ao beijo, à expressão genuína e espontânea do sentimento amoroso na presença de outrem, particularmente em se tratando do espaço público.

Marcelo Natividade e Leandro de Oliveira¹⁶ ainda apontam que os discursos e práticas qualificáveis como homofóbicos assumem contornos distintos em contextos particulares, demandando um trabalho de investigação e visibilização. O preconceito e a discriminação contra homossexuais manifestam-se de formas muito plurais: silêncios, posicionamentos contrários, recusa de direitos, julgamentos morais, reprodução de estereótipos, exclusões mais diretas e outras mais veladas. Os autores trazem uma reflexão particularmente interessante desenvolvida por Luís Osvaldo R. L. Fernandes acerca do fenômeno do que vai ser denominado homofobia cordial.

Enquanto certas formas de discriminação *segregam* indivíduos marcados como diferentes e inferiores, *a homofobia cordial aproxima-os* daqueles que exercem posição de superioridade moral, em uma relação de assujeitamento. Esta relação assimétrica pode implicar engajamento emocional dos sujeitos envolvidos, favorecendo a perpetração de formas muito sutis de sujeição e violência. (grifos do autor)¹⁶

Consideramos mais do que necessário pensar ações e políticas públicas que defendam e protejam a população LGBT. É tarefa nossa contribuir para eliminar, nos nossos espaços, práticas discriminatórias e preconceituosas quanto à orientação sexual e identidade de gênero. Atendemos pessoas que vivenciam cotidianamente a discriminação e a violência que atingem a população LGBT. Buscar intervir nessa realidade, em articulação com movimentos sociais, órgãos de defesa dos direitos humanos, entidades da própria categoria profissional, entre outros, construindo uma prática de combate ao preconceito e buscando viabilizar o acesso a direitos e serviços, é uma contribuição imprescindível que temos que prestar.

Direito à informação e à educação sexual e reprodutiva

Consideramos este direito sexual um dos mais impreteríveis a ser discutido, pois sem informação e educação sexual e reprodutiva, os outros direitos sexuais continuarão a ser negligenciados. Utilizamos duas manchetes, seguindo os mesmos critérios mencionados na análise do direito sexual acima, para abarcar uma percepção mais inteira dos usuários em relação ao direito sexual que será discutido. Por ser um assunto que vem sendo discutido mais amplamente na sociedade – além de ter sido um dos tópicos mais comentados durante os debates presidenciais na eleição de 2018, pelo candidato que foi eleito Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro – consideremos pertinentes utilizar essas duas notícias: “Bolsonaro sugere que pais rasguem páginas sobre educação sexual de Caderneta de Saúde da Adolescente”, publicada pelo O Globo no dia 07 de março de 2019, e “Maioria no país defende educação sexual e discussão sobre política nas escolas”, publicada pela Folha de São Paulo, no dia 07 de janeiro de 2019. Essas foram as falas destacadas:

Falta orientação sexual para crianças. Às vezes ela está sofrendo um abuso e não sabe, porque não foi passado a ela, ainda tem um tabu muito grande, tinha que ser uma matéria para o menino e menina conhecerem o seu corpo.” (Usuário/a 5, Núcleo de disfunções miccionais, GSE2)

Acho que todos os adolescentes têm que ter aula de educação sexual. Não digo as crianças, mas os adolescentes. (Usuário/a 9, Medicina Integral, GSE7)

Eu acho que tudo tem a sua hora... Muitas vezes querem “passar o carro na frente dos bois”, as escolas tendo que ensinar essas coisas para as crianças... Eu acho errado, eu acho que quem tem que chamar para conversar são os pais, responsabilidade dos pais. (Usuário/a 2, Cardiologia, GSE13)

As percepções acerca desse direito sexual corroboram, inclusive, com os dados apresentados em uma das notícias, pois na sua maioria, os usuários defendem educação sexual nas escolas. Segundo o Instituto Datafolha¹⁷, o apoio à educação sexual nas escolas

alcança 54%. Entretanto, há setores da sociedade brasileira que defendem que o assunto só deva ser tratado em casa, por pais e mães, como por exemplo o projeto Escola Sem Partido.

De acordo com uma estimativa da UNICEF (Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas)¹⁸, registros apontam que 9 em cada 10 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes são cometidos por um conhecido das vítimas. Segundo o Ministério da Saúde¹⁷, os dados sobre o abuso sexual infantil no Brasil, que acontece principalmente em crianças entre 1 e 5 anos chegam a 51,2% e ocorrem dentro do ambiente familiar. Defendemos, inclusive, que para mudar este cenário é importante criar ambientes que sejam acolhedores e inclusivos nos espaços frequentados pelas crianças e adolescentes, nas famílias, escola, igrejas, através de um trabalho de prevenção, com informação, especialmente sobre o funcionamento do corpo, a construção da sexualidade, visando empoderar esses sujeitos.

Nesse sentido, nosso objetivo era apontar que a educação sexual também é um espaço para que crianças e adolescentes expressem suas dúvidas, angústias e sentimentos em relação ao corpo e ao sexo, podendo desfazer mitos, preconceitos e tabus. Além do mais, a educação sexual desempenha papel determinante na prevenção da gravidez na adolescência, no combate ao abuso sexual, machismo, sexismo, violência, além de ajudar no desenvolvimento da vivência afetivo-sexual.

Considerações Finais

A pesquisa aqui exposta e analisada mostra o potencial que a extensão possui, não apenas para os estudantes, mas também para a comunidade. É nessa possibilidade de relação entre teoria e prática que colocamos em ação os conhecimentos teóricos para assim podermos discuti-los, transformá-los e aprimorá-los de acordo com o que a realidade nos apresenta.

Reconhecendo a importância do debate sobre direitos sexuais como direitos humanos, o projeto se propõe a construir estratégias no sentido da conscientização do seu caráter político e social diante da comunidade, através de uma intervenção teórico-prática, integrando os graduandos à realidade social, pois apresenta elementos pedagógicos comprometidos com o desenvolvimento do pensamento crítico e de um agir emancipador.

A equipe propõe que quando não nos apropriamos mais profundamente sobre o referencial dos direitos humanos, perdemos também a oportunidade de conscientizar e mobilizar um número maior de pessoas, que poderiam entender melhor que os direitos sexuais deveriam ser garantidos como direitos básicos de todo ser humano.

É nesse sentido que os grupos de sala de espera, enquanto práticas educativas emancipatórias, se apresentam como um espaço de reflexão, onde se entende o diálogo e as trocas de conhecimentos entre os diferentes saberes como elementos essenciais para a intervenção, que propicia um olhar crítico e problematizador para as questões mais significativas da saúde. Essa construção partilhada de um saber positivo e humanizado só pode ser vivenciada através do fortalecimento do respeito às diversidades, às crenças, aos saberes acumulados pelas pessoas ao longo de suas vidas, à particularidade e à integridade de cada indivíduo, respeitando o saber, pensar e agir deste.

Muitas foram as vezes que nos perguntamos sobre a perspectiva do trabalho que viemos desenvolvendo, “trabalho de formiguinha em terra de tamanduá”; afinal, se discutir sobre

sexualidade já é algo difícil, discutir em um espaço de atendimento do SUS, com as dificuldades concretas dos espaços em que estamos inseridos, é ainda mais desafiador. Entendemos também que a experiência a partir da extensão tem o papel de contribuir na reorganização e no fortalecimento da autonomia das pessoas dos setores sociais vulnerabilizados de nossa sociedade e na reorientação do papel social da universidade.

É importante ressaltar a pluralidade de ideias e propostas de estagiários, extensionistas, voluntários, todos e todas que passaram pelo projeto de extensão ao longo desses anos e plantaram pequenas sementes que florescem a cada dia. Se foi possível levar um debate sobre direitos sexuais para os grupos, é porque outros, antes de nós, abriram o caminho para a urgência de ampliar o conceito de saúde sexual. Por isso, sem deixar de lado as questões que envolvem a prevenção e a promoção da saúde em ISTs e HIV/Aids, enxergamos que essa temática precisa ter suas estratégias repensadas para podermos contribuir para o exercício de uma sexualidade livre, sem preconceitos, discriminação ou violência. Em cada finalização de uma atividade de grupo de sala de espera, buscamos reiterar que, na verdade, aquilo era apenas o começo, porque esperávamos que aquela discussão ultrapasse os muros da instituição e chegasse às confabulações entre familiares, no transporte público, durante almoços ou jantares, ou intervalos de um culto evangélico ou de uma gira. Nossa contribuição é política e vai ao encontro do que sempre propomos: uma sociedade mais justa e igualitária.

É a transformação do silêncio em linguagem e ação que se coloca contra a censura, contra a discriminação e contra a violência, que deve persistir, para frearmos o avanço do conservadorismo moral e o fortalecimento da extrema-direita, que compromete a garantia dos direitos sexuais e de avanços progressistas na sociedade.

Agradecimentos

Agradeço à Barbara Filgueiras, coordenadora do projeto de extensão “Repensando as estratégias para a prevenção e promoção da saúde em ISTs e HIV/AIDS”, pelo apoio para a realização desse trabalho e seu comprometimento com o estreitamento das relações entre a universidade, o campo e a comunidade externa.

Referências

1. CORRÊA, Sônia et al. **Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva**. Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores, 2006. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/livros/article/view/142/140>>. Acesso em: 11 nov. 2019.
2. “Defining Sexual Health. Report of a technical consultation on sexual health on 28-31 January, 2002”. WHO, Geneva 2006.
3. TAQUETTE, Stella Regina. **Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência**. Adolescência e Saúde, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p. 72-77, 2013. Disponível em: <<https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/publisher.gn1.com.br/adolescenciaesaude.com/pdf/v10s1a09.pdf>> Acesso em: 3 abr. 2020.

4. BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica**, nº 26, ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
5. MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
6. HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Tradução de Maria Viviana V. Resende. 2. ed. Brasília: MMA, 2006, p.45.
7. SILVA, Welison Matheus Fontes da. Direitos sexuais são direitos humanos? Contribuições para o debate. **Anais do VII Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje**. Rio de Janeiro, Editora Rede Sírius/UERJ, 2019. ISBN 978-85-5676-022-7 Disponível em: <http://www.proealc.etc.br/VII_SEMINARIO/assets/pdfs/gtii/WelisonSilva_GT2.pdf> Acesso em: 3 abr. 2020.
8. BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e a subversão da identidade**. Nova York: Routledge, 1990.
9. CRUZ, Pedro José Santos Carneiro; VASCONCELOS, Eymard Mourão. Desvelando processos formativos das práticas extensionista em educação popular na saúde. **Revista Interagir: Pensando a extensão**, Rio de Janeiro, n.27, p. 01-10, jan/jun. 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/view/43065/31944>> Acesso em: 3 abr. 2020.
10. NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro. Sexualidade e gênero no envelhecimento. **Revista Alceu**. V.5, n.9, p. 77-86, jul./dez. 2004
11. LOURENÇO, Mário. Afectos, Sexualidade e Desenvolvimento Humano. **Revista Saúde Mental**, Vale e Vale, v.4, n.2, mar./abr. 2002, p. 20-28. Disponível em:<http://www.saude-mental.net/pdf/vol4_rev2_artigo2.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019.
12. GLOBO. RJ tem aumento de mais de 300% de casos de feminicídio em dois anos, aponta instituto. In: **Bom Dia Rio**. Publicada em 25 de nov de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/25/rj-tem-aumento-de-mais-de-300percent-de-casos-de-feminicidio-em-dois-anos-aponta-instituto.ghtml>> Acesso em: 3 abr. 2020.
13. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. CFESS. **Série: assistente social no combate ao preconceito – machismo**. Caderno 6. Brasília, DF, 2016, p.9.
14. BRASIL. Sexualidade na terceira idade. **Ministério da Saúde**. Publicado em 11 de dezembro de 2018. <<http://www.blog.saude.gov.br/index.php/promocao-da-saude/53673-sexualidade-na-terceira-idade>>
15. SANDERS, Gary L. O Amor que Ousa Declarar seu Nome; do segredo à revelação nas afiliações de gays e lésbicas. In: IMBERBLACK, Evan. **Os Segredos na Família e na Terapia Familiar**. Porto Alegre, Artes Médicas, p.242, 1994.
16. NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. Sexualidad, Salud y Sociedad **Revista Latinoamericana**, n.2, pp. 121-161, 2009. Disponível em:<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/32/447> Acesso em: 3 abr. 2020.

17. FOLHA DE SÃO PAULO. Maioria no país defende educação sexual e discussão sobre política nas escolas. In: **Educação**. Publicado em 7 de jan. de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/maioria-no-pais-defende-educacao-sexual-e-discussao-sobre-politica-nas-escolas.shtml> Acesso em: 9 de abr. de 2020.
18. PONTE. Por que é importante falar de educação sexual nas escolas. In: **A Ponte**. Publicado em 15 de nov. de 2018. Disponível em: <https://ponte.org/por-que-e-importante-falar-de-educacao-sexual-nas-escolas/> Acesso em: 9 de abr. de 2020.